

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE - UFF

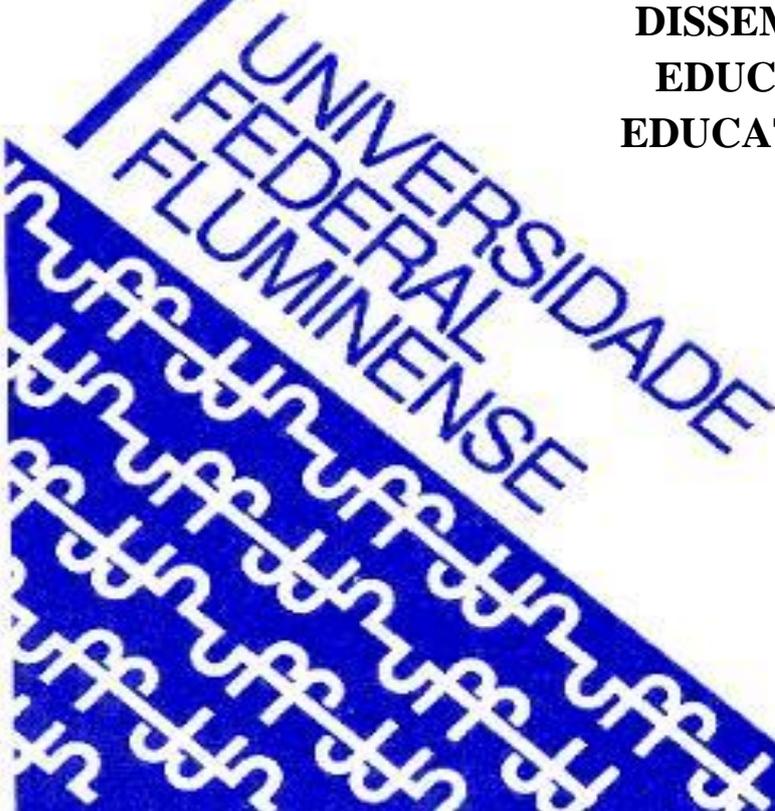
INSTITUTO DE ARTE E COMUNICAÇÃO SOCIAL - IACS

DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO - GCI

CURSO DE GRADUAÇÃO EM ARQUIVOLOGIA

RAÍZA VIANA BARBOZA NUNES

**O ARQUIVO COMO FONTE DE
DISSEMINAÇÃO CULTURAL E
EDUCACIONAL: O SERVIÇO
EDUCATIVO EM ARQUIVOS DO
SUDESTE**



NITERÓI

2/2015

**O ARQUIVO COMO FONTE DE DISSEMINAÇÃO CULTURAL E EDUCACIONAL:
O SERVIÇO EDUCATIVO EM ARQUIVOS DO SUDESTE**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado à Universidade Federal
Fluminense como requisito parcial para a
obtenção do grau de Bacharel em
Arquivologia.

ORIENTADORA: PROF.^a MS.^a LINDALVA ROSINETE SILVA NEVES

Niterói

2/2015

N972 Nunes, Raíza Viana Barboza.

O arquivo como fonte de disseminação cultural e educacional; o serviço educativo em arquivos do Sudeste / Raíza Viana Barboza Nunes. – 2015

63p.

Orientadora: Lindalva Rosinete Silva Neves

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Arquivologia) – Universidade Federal Fluminense, 2015.

Bibliografia: f. 56 – 57

1. Arquivo público; 2. Educação; 3. Cultura; 4. Serviço Educativo. I. Neves, Lindalva Rosinete Silva. II. Universidade Federal Fluminense. Instituto de Arte e Comunicação Social. III. Título.

CDD 027.007

RAÍZA VIANA BARBOZA NUNES

**O ARQUIVO COMO FONTE DE DISSEMINAÇÃO CULTURAL E EDUCACIONAL:
O SERVIÇO EDUCATIVO EM ARQUIVOS DO SUDESTE**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado à Universidade Federal
Fluminense como requisito parcial para a
obtenção do grau de Bacharel em
Arquivologia.

Aprovado em / /

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Ms.^a Lindalva Rosinete Silva Neves (Orientadora)

UFF – Universidade Federal Fluminense

Prof.^a Dr.^a Elisabete Gonçalves de Souza

UFF – Universidade Federal Fluminense

Prof.^a Dr.^a Lídia Silva de Freitas

UFF – Universidade Federal Fluminense

Dedico o presente trabalho a todos aqueles
que seguem adiante mesmo em condições
adversas.

AGRADECIMENTOS

Agradeço, em primeiro lugar, a Deus por não me desamparar em momento algum até aqui.

À minha mãe, Elisabeth Viana Barboza, por todo o apoio dado ao longo de minha trajetória de vida.

À Prof.^a Ms.^a Raquel Luise Pret Coelho, pela orientação prestada no início deste trabalho e à Prof.^a Ms.^a Lindalva Rosinete Silva Neves por me ajudar a concluí-lo. Muito obrigada.

Às Profs.^a Drs.^a Lídia Silva de Freitas e Elisabete Gonçalves Souza por terem gentilmente aceito fazer parte de minha banca examinadora.

À Prof.^a Dr.^a Clarissa Schmidt, pelo incentivo e apoio prestados. Obrigada.

Aos colegas arquivistas em geral, do curso e da vida. Desejo a todos muito sucesso.

“The records show
I took the blows
And did it my way
Yes, it was my way.”

(My Way – Paul Anka; et. al.)

RESUMO

Este estudo aborda o uso dos arquivos como fonte de disseminação cultural e educacional no Brasil e tem por objetivo avaliar de forma breve a importância deste tipo de uso, através da análise da literatura da área e dos exemplos tomados a partir de recorte feito sobre a implantação de serviços educativos em arquivos públicos do Sudeste do país.

Palavras-chave: arquivos; cultura; memória; educação; arquivo público; patrimônio histórico-cultural; serviço educativo.

ABSTRACT

This study deals with the use of archives as a source of cultural and educational dissemination in Brazil and aims to evaluate briefly the importance of this type of use through literature analysis of the area and examples taken from cut made on the deployment educational services in public archives of Southeast.

Key-words: archives; culture; memory; education; public archives; historic and cultural heritage; educational service.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	10 - 11
2 ACERCA DOS CONCEITOS DE CULTURA, MEMÓRIA E EDUCAÇÃO.....	12 - 15
2.1 O CONCEITO DE CULTURA.....	15 - 22
2.2 O CONCEITO DE MEMÓRIA.....	22 - 27
2.3 O CONCEITO DE EDUCAÇÃO.....	27 - 34
3 AS INSTITUIÇÕES DE MEMÓRIA E A PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO PÚBLICO CULTURAL.....	35 - 39
4 O ACESSO À INFORMAÇÃO NOS ARQUIVOS PÚBLICOS BRASILEIROS: BREVE SÍNTESE	39 - 42
5 O SERVIÇO EDUCATIVO EM ARQUIVOS.....	43 - 46
5.1 O EXEMPLO EUROPEU.....	46 - 47
5.2 A INICIATIVA BRASILEIRA: O SERVIÇO EDUCATIVO NOS ARQUIVOS DO SUDESTE.....	47 - 51
6 CONCLUSÃO.....	52 - 55
7 REFERÊNCIAS.....	56 - 57
8 ANEXOS.....	58
8.1 ANEXO 1.....	59 - 61
8.2 ANEXO 2	62

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho aborda o serviço educativo em arquivos. E, se propõe a compreender o uso dos arquivos como fonte de disseminação cultural e educacional, realizando um recorte sobre sua importância para a sociedade. Dentro deste contexto procura apresentar o papel do arquivista como mediador entre o arquivo e o público e de que forma essa intermediação dialoga com os conceitos de cultura, memória e educação.

Procedeu-se à breve análise dos desafios e sucessos experimentados por instituições arquivísticas ao implantarem serviços educativos. Como referência, foram tomados os arquivos inglês, francês e americano, por sua vasta experiência na área. Já na abordagem brasileira, fez-se um recorte dos arquivos públicos do Sudeste, centrado especialmente nas iniciativas do Arquivo Público Mineiro – APM e Arquivo Público do Estado de São Paulo – APESP, no âmbito estadual e, do Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte – APCBH e Arquivo Histórico de São Paulo - AHSP, no âmbito municipal, os quais têm desempenhado papel de destaque na área nos últimos anos no Brasil.

Justifica-se este trabalho, por um lado, em função da necessidade existente de divulgação das instituições de arquivo e seu trabalho, bem como de maior valorização do fazer arquivístico, e por outro, pela carência na educação brasileira de programas e materiais educativos que de fato contribuam para a formação dos estudantes.

O objetivo geral é identificar, através da análise dos serviços educativos oferecidos pelos arquivos, a importância do uso dos arquivos para fins educativos e culturais na promoção dos arquivos perante a sociedade, e demonstrar como é possível, através de atividades simples, revelar ao cidadão uma fonte rica e diversificada de informações desconhecida pela maioria da população.

Além disso, o estudo aponta que a ação educativa auxilia na conscientização do cidadão acerca da importância do trabalho feito pelas instituições arquivísticas na preservação

e manutenção dos arquivos como parte do patrimônio cultural brasileiro, beneficiando-as com maior visibilidade e reconhecimento, além de contribuir para o fomento à pesquisa e à leitura entre os alunos, através do incentivo à utilização dos mesmos como fonte de informação.

A metodologia de pesquisa empregada foi a da revisão bibliográfica concernente ao tema central e aos conceitos apresentados, bem como a consulta ao material fornecido pelas instituições supracitadas e coleta de dados através da aplicação de questionário enviado às mesmas.

2 ACERCA DOS CONCEITOS DE CULTURA, MEMÓRIA E EDUCAÇÃO

Cultura, Memória e Educação são conceitos que se entrelaçam no cotidiano das pessoas, e não ocorre diferente nos arquivos. Cada indivíduo vivencia cultura diariamente. Em seus hábitos, crenças, tudo que é construído ou pensado por um indivíduo é reflexo daquilo que a sociedade ou grupo em que está inserido o apresentou. Seguir certos costumes faz parte de sua rotina predeterminada antes mesmo de nascer. Por isso, criar mecanismos de preservação da cultura de um povo é contribuir para que o processo de formação do mesmo não seja perdido. Compreender a cultura de um povo é compreender seu processo de formação, como este pensa, age e até mesmo o que sente. O que é certo para um ou aceito em uma região, pode não ser em outros. Isso é o que dita a cultura: característica, identidade. Ao se preservar a identidade de um povo reconhece-se sua soberania diante de outros povos, uma vez que respeitar seus costumes e crenças, seja como país ou região, é reconhecê-lo como tal. É legitimar sua existência. Muitos problemas já ocorreram na história mundial por desconsideração à cultura alheia ou desrespeito às práticas de determinado povo. Assim como, a ausência de informação a respeito de sua própria cultura fez com que muitos povos esquecessem sua origem e desaparecessem. Isto se deu entre os povos indígenas e tribos aborígenes de cultura oral, que por ausência de registros mais longevos e em função de dominações estrangeiras, passaram a comungar diferentes culturas e viram sua identidade desaparecer com o passar do tempo.

Não é à toa que quanto mais desenvolvido um país é, mais preocupado em preservar sua cultura se torna. Andrews (apud SCHELLENBERG, 2006, p.32) afirmou que “o cuidado que uma nação devota à preservação dos monumentos do seu passado pode servir como uma verdadeira medida do grau de civilização que atingiu”. Preservar sua identidade é um meio de garantir que as futuras gerações deem continuidade à construção daquela nação ou povo. De nada adiantaria seu crescimento em número, mas não preservar sua cultura. O efeito seria

como ocorreu, por exemplo, durante a dominação estrangeira em regiões da África e Américas onde devido ao processo de colonização, tribos de diversas etnias foram introduzidas à cultura do colonizador, e tiveram a própria identidade suprimida até sua completa extinção. Daí a preocupação de países desenvolvidos em registrar seus feitos e sua cultura ao longo do tempo através da arte, da música ou mantendo tradições, hábitos ou rituais antigos que remetam às suas origens. Todo um conjunto de informações e símbolos que se preservados contribuirão para sua eternidade. Neste ponto a memória é fio condutor que traz a cultura do passado ao presente. Da mesma forma que o homem deposita suas lembranças e acessa as informações relevantes de seu passado em sua memória pessoal, os feitos, as conquistas e as vitórias de um povo compõem a sua memória coletiva que, por sua vez, pode ser registrada e acessada através de variados meios, como a arte, livros, objetos, monumentos ou documentos. A memória é o primeiro depósito do homem para armazenar suas informações, tanto culturais quanto de outros gêneros, porém está mais suscetível a falhas. Por este motivo, registrá-la em outros suportes que não exclusivamente a mente humana e depositá-la em templos, museus, bibliotecas ou arquivos, são meios mais acessíveis e seguros de preservá-la. Por sua vez, manter viva a memória através de seus repositórios é imprescindível, não só por questões de preservação da cultura ou da história, mas também porque entender o processo de formação de um povo, país ou sociedade, é buscar no passado as respostas sobre sua configuração atual, e assim identificar “erros e acertos” com os quais será possível traçar um futuro melhor. Como exemplo vale citar a criação do Arquivo Nacional Francês, logo após a Revolução Francesa ocorrida no século XVIII, o qual foi criado pelos revolucionários no intuito de “guardar os documentos da Nova França, documentos esses que traduziam suas conquistas e mostravam suas glórias” (SCHELLENBERG, 2006, p.26), e com isso estabelecer a “nova ordem” surgida na França após a queda da monarquia.

O mesmo se aplica às empresas e órgãos que preservam registros de seu processo de fundação, bem como seu crescimento e atividades desempenhadas. Tanto no âmbito público quanto no privado, o intuito é manter um arcabouço informacional capaz de fornecer no futuro informações que ajudem a entender o funcionamento e sirvam de subsídio a tomadas de decisão da empresa. Portanto, preservar a memória e a cultura de um país ou empresa é fundamental.

Apesar disso, a relevância do que foi exposto acima carece de maior conhecimento do público em geral. Pelo fato da maioria das instituições de salvaguarda da memória e da cultura estar no âmbito governamental e em função das regras estabelecidas por aquelas no acesso, boa parte da população, principalmente em países menos desenvolvidos ou recém-saídos de regimes fechados de governo, possui conhecimento limitado acerca do passado de seu país.

Não conhecer a história do país em que nasceu ou as razões pelas quais se formou a sociedade em que vive, pode ser prejudicial tanto ao indivíduo que busca entender seu contexto, quanto para a coletividade que vê sua identidade ameaçada pela cultura de massa ou pelo passar do tempo, o que faz com que a memória deva ser transmitida às gerações futuras, através do ensinamento do público no presente, principalmente dos mais novos, que quanto mais cedo forem introduzidos à cultura a que pertencem, mais rápido entenderão o que esta representa e transmitirão adiante o aprendizado, contribuindo para a conscientização das gerações futuras acerca do valor das instituições que a preservam.

Deste modo, o papel da educação se estende às instituições guardiãs da memória e cultura popular, que em parceria com a escola tradicional, estarão encarregadas de transmitir às novas gerações o legado cultural e informacional que determinado povo, país ou sociedade tenha deixado. A educação se insere neste contexto como o terceiro elemento de um tripé

formado por cultura e memória que em conjunto se encarregam de dar forma às sociedades e auxiliá-las no diálogo com o tempo.

2.1 O CONCEITO DE CULTURA

A palavra Cultura surgiu no final do século XIX, em 1871, do original inglês “Culture” a partir da síntese dos termos “Kultur” de origem alemã, empregado para “simbolizar todos os aspectos espirituais de uma comunidade” e “Civilization” palavra francesa que “referia-se principalmente às realizações de um povo” (LARAIA, 1989, p. 25).

Já o conceito de cultura reunido no termo criado pelo inglês Edward Tylor possui um sentido mais amplo e indefinido: “tomado em seu sentido etnográfico é este todo complexo que inclui conhecimentos, crenças, arte, moral, leis, costumes ou qualquer outra capacidade ou hábitos adquiridos pelo homem como membro de uma sociedade” (TYLOR apud LARAIA, 1989, p. 25).

Tal conceituação, embora pouco precisa, só foi possível após várias conjecturas acerca do porquê das diferenças comportamentais existentes entre os homens.

Muito antes de Tylor teorizar a respeito, na Antiguidade, pensadores como Heródoto (apud LARAIA id. ibidem) que identificou diferenças entre os sistemas sociais lício (matrilinear) e grego (patrilinear), Tácito (apud LARAIA id. ibidem) que relatou a predominância da monogamia nas tribos germânicas em contraposição à poligamia romana e Confúcio que cunhou a frase “A natureza dos homens é a mesma, são os seus hábitos que os mantêm separados” já vinham refletindo acerca do assunto, que permaneceu sendo explorado até e após Tylor.

Montaigne (apud LARAIA, 1989, p.13) no século XVI afirmava que “na verdade, cada qual considera bárbaro o que não se pratica em sua terra” revelando que o etnocentrismo (no qual um povo seria superior a outro) era só uma questão do ponto de vista e que, portanto

todos os homens seriam iguais, divergindo apenas em seu comportamento. Contrariando teorias etnocêntricas e defensoras da cultura como algo inato ao ser humano, outros pensadores demonstraram a plasticidade da cultura e que esta seria um conjunto de conhecimentos adquirido através do contato com outros indivíduos dentro de um mesmo grupo.

A cultura seria transmitida como uma herança e aprendida como um ensinamento, através de um processo chamado por Locke (apud LARAIA, 1989, p. 26) no século XVII de endoculturação: “a mente humana não é mais do que uma caixa vazia por ocasião do nascimento, dotada apenas da capacidade ilimitada de obter conhecimento, através de um processo que hoje chamamos de endoculturação”.

De acordo com Turgot (apud LARAIA, 1989, p.27) “o homem é capaz de assegurar a retenção de suas ideias eruditas, comunicá-las para outros homens e transmiti-las para os seus descendentes como uma herança sempre crescente”.

Tylor ao cunhar sua definição de cultura estabeleceu-a como um conjunto de conhecimentos a serem aprendidos, independentemente de transmissão genética, o que foi corroborado por Kroeber em seu artigo “O Superorgânico” (s.d.) em que, de acordo com Laraia (1989, p. 28) aquele “acabou de romper todos os laços entre o cultural e o biológico, postulando a supremacia do primeiro em detrimento do segundo”.

Tais afirmações foram de encontro às teorias deterministas em voga na época, as quais ditavam a supremacia dos agentes naturais na determinação do comportamento humano, de forma intrínseca e extrínseca, uma vez que de acordo com o determinismo biológico o comportamento humano seria ditado por fatores herdados geneticamente e a cultura seria inata ao ser humano e que conforme o determinismo geográfico o homem estaria sujeito à

influência externa da natureza, através do clima e da geografia de seu habitat, que interfeririam diretamente no comportamento humano.

Apesar de refutados os determinismos naturais citados, a Antropologia do século XIX foi muito influenciada pela chamada teoria evolucionista unilinear de Charles Darwin, que predominava no meio científico da época.

Consequentemente o trabalho de Tylor (apud LARAIA id. ibidem) foi afetado uma vez que este preocupou-se com a diversidade cultural da humanidade do ponto de vista evolucionista, pois de acordo com o mesmo a diversidade cultural seria resultado do desnível evolutivo existente entre um povo e outro.

Para o autor supracitado a humanidade estaria dividida numa escala evolutiva em que os europeus ocupariam a posição mais evoluída e as tribos selvagens a menos, ocupando o restante da humanidade o espaço entre os dois extremos e cada povo ao cumprir seu estágio evolutivo, desenvolveria sua cultura até alcançar o patamar mais alto da cultura europeia, daí a diversidade cultural – sua visão era estritamente eurocêntrica.

A partir do final do século XIX o evolucionismo passou a ser questionado e outras correntes de pensamento passaram a se formar, principalmente após as expedições feitas por antropólogos e etnógrafos a fim de estudar o comportamento de povos na Ásia, América do Sul e Oceania, que permitiram estabelecer comparação com o padrão europeu, levando ao fortalecimento de teorias como a do relativismo cultural (em que uma cultura só pode ser entendida se analisada dentro de seu próprio contexto) e do evolucionismo multilinear (em que a evolução dos diferentes povos se deu ao mesmo tempo, e de acordo com suas particularidades, o que gera a diversidade cultural dentre estes).

Porém, a principal reação ao evolucionismo surgiu a partir do século XX, com o “particularismo histórico” do alemão Franz Boas, que defendia que “cada cultura segue os

seus próprios caminhos em função de diferentes eventos históricos que enfrentou”. Portanto, cada cultura deveria ser respeitada de acordo com suas particularidades e analisada dentro do contexto em que se originou, não havendo superioridade de uma cultura perante outra, e sim características próprias que as diferem (BOAS apud LARAIA, 1989, p. 36).

Com isso, o conceito de cultura foi novamente posto em questionamento uma vez que a teoria evolucionista, que inspirou Tylor (1989) a formular a primeira definição sobre cultura, perdeu força, levando os estudiosos a buscarem uma nova definição.

Kroeber (1989), teórico americano do século XX afirmou que “graças à cultura a humanidade distanciou-se do mundo animal (...) passou a ser considerado um ser que está acima de suas limitações orgânicas”. Nota-se que o homem, ao contrário do que o evolucionismo pregava, não é um ser estritamente biológico como os demais seres vivos e sim um ser cultural, que não evoluiu por causa de mutações biológicas e sim porque foi capaz de se adaptar às diferentes situações e assimilar novas culturas.

O homem responde a padrões culturais de comportamento, diferentemente dos animais que respondem a padrões biológicos inatos. Um exemplo disto é dado por Laraia (1989, p. 44) quando afirma “nenhum grau de contato com os gatos, ou privação de associação com a sua própria espécie, fará com que o cão aprenda a linguagem do gato, ou perca a sua”, porém um bebê francês confiado ao nascer à uma família chinesa e criado por esta ao longo de toda sua vida, ao atingir a vida adulta sem nunca ter deixado a China, não falará francês e nem terá nenhum indício de sua origem francesa. Por isso, a forma como o homem realiza suas funções, estabelece relações e encara o mundo a sua volta é determinada por sua própria cultura, e sua capacidade de aprendizado.

A comunicação neste sentido demonstra-se fundamental para o aprendizado da cultura, pois é através da comunicação oral e conseqüentemente da linguagem que o homem recebe

todo o arcabouço contido em sua cultura sendo fundamental para sua convivência, pois além de um aprendizado a cultura é um processo acumulativo, conforme Laraia (1989, p.53) afirma que:

Através da comunicação oral a criança vai recebendo informações sobre todo o conhecimento acumulado pela cultura em que vive (...) toda a experiência de um indivíduo é transmitida aos demais, criando assim um interminável processo de acumulação (...) a comunicação é um processo cultural (...) a linguagem humana é um produto da cultura, mas não existiria cultura se o homem não tivesse a possibilidade de desenvolver um sistema articulado de comunicação oral.

O homem absorve ao longo de uma vida experiências que o tornam um ser socialmente aceitável, desde que dentro dos padrões estabelecidos por sua cultura. O que revela outra vertente do comportamento humano, a do comportamento desviante, ou seja, aquele indivíduo que rompe com os padrões impostos por sua cultura será considerado como não pertencente a esta, numa escala menor, não pertencente a seu grupo. (LARAIA, 1989, p. 70)

Assim como a capacidade de desenvolver a linguagem oral, outras faculdades humanas também permitiram que o homem pudesse dar continuidade à espécie, como a criação de símbolos que, no caso deste ou daquela, dependem da cultura para fazerem sentido, conforme Leslie White (apud LARAIA, 1989, p. 56-57): “a passagem do estado animal para o humano ocorreu quando o cérebro do homem foi capaz de gerar símbolos (...) para perceber o significado de um símbolo é necessário conhecer a cultura que o criou”. Lévi-Strauss (Idem, ibidem, p. 57) argumenta que:

Toda cultura depende de símbolos. É o exercício da faculdade de simbolização que cria a cultura e o uso de símbolos que torna possível a sua perpetuação. Sem o símbolo não haveria cultura, e o homem seria apenas animal, não um ser humano.

A cultura e o homem desenvolveram-se ao mesmo tempo, num processo simultâneo no qual este foi expandindo sua capacidade cognitiva. À medida que a cultura lhe apresentava símbolos mais complexos, formava-se assim um ciclo onde o homem gerava e superava seus símbolos, tornando-se mais apto a interpretar símbolos cada vez mais rebuscados – dando origem assim à escrita – gerados por uma cultura cada vez mais complexa.

Com o desenvolvimento das sociedades e conseqüentemente das culturas a Antropologia moderna passou a buscar por uma precisão conceitual acerca da ideia de cultura, uma vez que o conceito fragmentou-se à medida que foi passando por inúmeras reformulações até a chegada do século XX. As correntes ideológicas que surgiram se formaram sob dois sistemas: “adaptativo” e “ideológico”.

O sistema adaptativo de Leslie White aborda a cultura como um conjunto de “sistemas de padrões de comportamento que servem para adaptar as comunidades humanas aos seus embasamentos biológicos” (Honório, s.d., p. 3). Portanto, o homem se adapta à cultura e seus elementos para sobreviver, como os modos de organização e economia, crenças e leis, por exemplo, já que para Keesing (apud LARAIA, 1989, p.60) a mudança cultural “é primariamente um processo de adaptação equivalente à seleção natural”.

Por outro lado, o sistema ideológico, que abarca as “Teorias Idealistas de Cultura”, se divide em três abordagens diferentes: cultura como “sistema cognitivo”, “sistema estrutural” e “sistema simbólico”.

O sistema cognitivo segundo Goodenough (apud LARAIA, 1989, p. 62) está ligado à linguagem, pois estabelece a cultura como um sistema de conhecimento adquirido através da comunicação que por sua vez “consiste de tudo aquilo que alguém tem de conhecer ou acreditar para operar de maneira aceitável dentro de sua sociedade”.

O sistema estrutural segue a abordagem estruturalista de Lévi-Strauss que define cultura como um “sistema simbólico estruturado em domínios culturais ou princípios mentais – mito, arte, parentesco e linguagem”, em outras palavras regras inconscientes as quais o ser humano está submetido, como numa estrutura prévia, a fim de tornar possível sua convivência em sociedade e de acordo com sua cultura (LARAIA, 1989, p.63).

Já no sistema simbólico a cultura opera como um conjunto de símbolos – mecanismos de controle ou regras que governam o comportamento humano, os quais são recebidos pelo homem como um programa para viver em sociedade (LARAIA, id., ibidem).

A partir destas reflexões, a definição de cultura tornou-se novamente ampla, porém distanciada da ideia de algo biologicamente inato ao ser humano e passou a ser encarada como um conjunto de conhecimentos acumulados por um povo, fixados em símbolos e regras, manifestados através de ritos e costumes, e transmitidos de forma oral ou escrita, constituindo-se como um equipamento mental necessário para a convivência do homem em sociedade e sua sobrevivência perante as mudanças (Ibid. acima).

É ineficaz tentar compreender o comportamento humano sem atentar para a cultura em que se manifesta, mesmo que cada cultura seja diferente uma da outra. A cultura não se trata de um sistema estático e sim modificável ao longo do tempo, a partir do contato com outras culturas. O ponto de vista formado pelos indivíduos provém da cultura aos quais estão inseridos, onde seus comportamentos obedecem às regras culturais impostas desde seu nascimento. Porém, é a partir das referências fornecidas por sua cultura que o homem se desenvolve socialmente e interage dentro e fora de seu ambiente. Cada indivíduo, de uma maneira geral, reagirá às situações de acordo com o que dita sua cultura, com o padrão comportamental imposto, embora cada um participe de sua cultura de forma diferente, pois apesar desta ditar o comportamento geral de uma forma massificada, nenhum indivíduo está

plenamente familiarizado com todos os seus aspectos. É a cultura que delimita a forma com que o homem enxerga o mundo ao seu redor e isto é mutável.

Chauí (1992, p. 38) define o homem como um ser cultural, fazendo-o “romper com o natural” e tornando-o diferente dos demais animais. Portanto, é importante que este interaja com sua cultura “a fim de permitir a sua articulação com os demais membros da sociedade” (LARAIA, 1989, p. 84).

Por fim, o intuito de apresentar estas várias interpretações do conceito de cultura é revelar o quão complexo se torna avaliar uma determinada manifestação cultural sob um único ponto de vista, pois na maioria das vezes incorre-se no erro de realizar julgamentos errados ou superficiais. A vastidão cultural existente no mundo nada mais é do que resultado da grandeza da própria humanidade. São tantos os povos e suas particularidades que uma só cultura seria incapaz de abarcar tamanha variedade de informação. Como resultado disso, há esta imprecisão acerca de sua definição e as variadas concepções sobre o tema. Além disso, outra dificuldade apresentada com relação à cultura é a de preservá-la, não somente pelos motivos expostos até aqui, como também pela própria limitação humana em registrar mentalmente tantos detalhes, o que o levou a recorrer a outros meios de preservá-la. E, não somente em sua memória individual mas também por meio de seus demais tipos, apresentados a seguir.

2.2 O CONCEITO DE MEMÓRIA

Dizem os dicionários que ‘memória’ é a faculdade de reter (conservar e readquirir ideias, impressões, imagens e conhecimentos obtidos anteriormente) Miranda Netto (apud JARDIM, 1995, p. 4). Tal afirmação citada por Jardim no artigo “A Invenção da Memória nos Arquivos Públicos” corrobora o afirmado por Le Goff (1990, p. 366) acerca do conceito de memória, segundo o qual remete, à princípio: “a um conjunto de funções psíquicas, graças às quais o homem pode atualizar impressões ou informações passadas”.

Apesar disso, Le Goff (1990) demonstra que embora exista a dimensão psíquica, a memória não se resume a um fenômeno puramente psicológico e individual em que o homem através de estímulos ao sistema nervoso é capaz de evocar lembranças a partir de imagens e sensações.

Através de uma narrativa acerca do surgimento e desenvolvimento da memória, o historiador aborda em sua obra “História e Memória” (1990) o desenrolar do conceito de memória desde a Antiguidade até os dias atuais.

A preocupação do autor é a de retratar os caminhos percorridos pela humanidade na busca por sua perpetuação que, mostrada de forma evidente na obra, passa pela necessidade de conservar seus feitos e experiências, propiciados pela capacidade de retenção da memória.

A memória é um fenômeno acumulativo em que as informações retidas formam um conjunto de tudo o que é percebido e experimentado pelo homem, desde imagens a sensações, regras, aprendizados e costumes, transmitidos de geração em geração, e somente conservados por um determinado grupo ou pessoa, graças à memória.

Não está somente nas lembranças individuais e sim num conjunto de símbolos e regras que dirigem a sociedade e que, decerto, a torna um instrumento importante para os que possuem e desejam mais poder: “Tornarem-se senhores da memória e do esquecimento é uma das grandes preocupações das classes, dos grupos, dos indivíduos que dominaram e dominam as sociedades históricas” (LE GOFF, 1990, p. 368).

Tal concepção deriva de outras inerentes à formação do conceito de memória, uma vez que desde sua aceção mais antiga representada de forma lírica na figura de uma deusa da mitologia grega chamada Mnemosine que seria responsável por revelar aos poetas os segredos do passado, até sua concepção mais moderna de memória artificial, presente nos “hardwares”

de computadores e com capacidade medida em “bytes”, foi recebendo várias interpretações de acordo com épocas e contextos diferentes, a fim de atender sempre às necessidades humanas.

Por estar intrinsecamente ligada passou por diversas fases, o que originou diferentes tipos de memória gerados em épocas e influenciados por contextos e motivos variados, a saber: étnica, oral, escrita, coletiva, eletrônica e pós-moderna, a saber:

Memória étnica: aquela segundo Leroi-Gourhan (apud LE GOFF, 1990, p. 368) “que assegura a reprodução dos comportamentos nas sociedades humanas”, memória construída e acumulada por um determinado grupo (etnia) que conserva suas principais expressões representativas;

Memória oral: desenvolvida antes do surgimento da escrita, pelas sociedades ditas primitivas ou selvagens, surgiu com a fala ainda na Pré-História. Era transmitida de geração em geração por “homens memória” – indivíduos designados para armazenar e transmitir a memória daquelas sociedades às futuras gerações – através da narrativa (cronológica) e do canto. Meio pelo qual eram transmitidos os chamados “mitos de origem” histórias a respeito dos antepassados (genealogia) e da origem daquelas sociedades, bem como os “saberes técnicos” ligados aos saberes de ofício, práticas realizadas em determinadas funções desempenhadas pelos indivíduos destas sociedades. (LE GOFF, 1990, p. 370-371);

Memória escrita: surgiu com o aparecimento da escrita na Antiguidade, em que o homem passou a comemorar, celebrar grandes feitos do passado e, portanto dignos de serem lembrados. Com isso foram criados meios de “inscrever” tais feitos na história para que não se perdessem, assumindo assim a memória seu papel enquanto auxiliar da história. (Le Goff, 1990, p. 372). O primeiro passo para escrever a memória foi dado com o surgimento de algumas técnicas como as runas e as inscrições comemorativas em monumentos criados para este fim, como os obeliscos e estátuas.

Porém nada impactou mais a memória escrita do que duas técnicas: a primeira desenvolvida ainda na Antiguidade por povos do Oriente denominada epigrafia que possibilitava a inscrição de símbolos em pedras, e a segunda desenvolvida no fim da Idade Média pelos ocidentais: a imprensa, técnica de reprodução de documentos que ampliou o alcance da linguagem escrita e conseqüentemente da memória. Entre esses dois marcos, outras invenções humanas como a xilografia (impressão em madeira criada na China), o papiro (criado pelos Egípcios), o pergaminho (criado a partir de peles de animais ou algodão) e posteriormente o papel deram sua contribuição à escrita. Entretanto, a imprensa foi o grande impulso para a exteriorização da memória, como afirmado por Le Goff (1990, p. 395) “revolucionou a memória ocidental”, pois a partir daquela foi possível ampliar a memorização do saber “imprimiram-se, sobretudo tratados científicos e técnicos que alargaram e aceleraram a memorização do saber”, já que em função da imprensa o leitor “é frequentemente colocado em situação de explorar novos textos”;

Memória coletiva: Halbwachs (apud SANTOS, 2003, p. 21) considera a memória como “resultado de representações coletivas construídas no presente” e que através desta conseguem atingir informações armazenadas em seu subconsciente que nem sempre é possível lembrar por si mesmo, necessitando daquilo que foi construído e registrado pelo outro, como explicitado à seguir:

Não só não podemos armazenar fisicamente a totalidade das nossas experiências passadas, mas também que memória não pode ser explicada a partir do conflito entre memória e espírito, ou mesmo entre o consciente e o inconsciente (...) Indivíduos não se lembram por si mesmos e, para lembrarem, necessitam da memória coletiva (...) [A memória coletiva] é o resultado de indivíduos que interagem entre si (HALBWACHS apud SANTOS, 2003, p.51).

Segundo Leroi-Gourhan (apud LE GOFF, 1990, p.370) “a história da memória coletiva divide-se em cinco períodos: o da transmissão oral, o da transmissão escrita com tábuas ou índices, o das fichas simples, o da mecanografia e o da seriação eletrônica”, demonstrando que a memória coletiva é capaz de atravessar diferentes épocas, sem abandonar seu papel de conservar e acumular aquilo que a humanidade produz e necessita lembrar.

Memória eletrônica: surgiu após a Segunda Guerra Mundial com a invenção das máquinas e dos computadores na década de 1960, ampliando a capacidade humana de armazenamento. É formada por componentes eletrônicos capazes de armazenar informação em forma de dados “representação de todo e qualquer elemento de conteúdo cognitivo, passível de ser comunicada, processada, e interpretada de forma manual ou automática” (DIBRATE, 2004, p. 55);

Memória pós-moderna: segundo Le Goff (1990), surgiu a partir da criação dos bancos de dados. É uma vertente da memória eletrônica.

Os tipos de memória apresentados auxiliam a entender o processo de formação e evolução da memória, mas não respondem de que forma esta resiste ao tempo. A resposta está no que Le Goff (1990) chamou de “lugares de memória”. Nora (1984, p. 13) os define como: “Museus, arquivos, cemitérios e coleções, festas, aniversários, tratados, processos verbais, monumentos, santuários, associações, são os marcos essenciais de outra era, das ilusões da eternidade”. Sua função consiste em conservar fragmentos de memória, lembranças de um povo ou nação e atuar como ponte entre aqueles e sua memória, de maneira que esta seja sempre acessada. Portanto, independente das diferentes formas de memória apresentadas, esta consiste num elo ininterrupto entre o homem e seu passado, responsável por permitir que seu legado se perpetue nas novas gerações e sua cultura se mantenha viva através do tempo.

Outra forma de ampliar o conhecimento adquirido através da cultura e aprofundar sua memória é através da educação.

2.3 O CONCEITO DE EDUCAÇÃO

Muito antes do surgimento da escola como local específico de transmissão de saberes, o ato de transmitir aos leigos os valores culturais criados pelo homem, já ocorria. Desde o primitivismo de tribos isoladas nas Américas e África, até as grandes metrópoles dos dias atuais, a educação teve sempre diferentes funções e interpretações de acordo com cada sociedade. Em uma dimensão mais ampla é meio pelo qual o indivíduo é formado para a vida em grupo e as obrigações sociais, já em seu sentido mais restrito, aplicado na maioria das sociedades, é o meio pelo qual uma pessoa recebe a instrução necessária a fim de desempenhar uma função específica no mercado de trabalho.

Durkheim (apud BRANDÃO, 2007, p. 18-19) ao estudar o comportamento em tribos afirmou que a educação faz parte do processo de “endoculturação”, em que o aprendizado é passado pelos mais velhos aos mais novos, transmitindo às novas gerações os valores da cultura em que estão inseridos. Tal afirmativa foi corroborada por Brandão (2007, p. 23):

Tudo o que existe disponível e criado em uma cultura como conhecimento que se adquire através da experiência pessoal com o mundo ou com o outro; tudo o que se aprende de um modo ou de outro faz parte do processo de endoculturação, através do qual um grupo social aos poucos socializa, em sua cultura, os seus membros, como tipos de sujeitos sociais.

À princípio, a educação pode ser encarada como um conjunto de conhecimentos específicos dentro de um conjunto mais amplo de conhecimentos acumulados e transmitidos por uma sociedade, a fim de preparar seus membros para os desafios que a convivência em grupo impõe.

Porém, o conceito de educação vai muito além. Ao longo de séculos a educação esteve restrita aos governantes e à religião, servindo de instrumento de controle e dominação do povo. Somente com o desenvolvimento da ciência e o surgimento das cidades é que a educação passou a ser requisito obrigatório para as sociedades, sobretudo as ocidentais. Através da propagação do ensino formal, a educação passou a ditar métodos e regras específicos de ensino, a formar educadores especializados e criar locais e horários apropriados para o estudo, dando origem às figuras do professor e da escola.

De acordo com Brandão (2007, p. 37-42) as primeiras escolas tiveram início na Grécia Antiga, em Atenas e Esparta, onde o ensino era dividido entre a “tecne” – normas de trabalho, conjunto de técnicas sobre como fazer, direcionadas a trabalhadores manuais, livres ou não, e a teoria – normas de vida, conjunto de normas de conduta sobre como viver na polis (cidade), direcionadas aos nobres, militares e homens livres.

Os mais ricos eram ensinados pelos educadores de nobres ou por escravos pedagogos, em casa ou nas chamadas escolas de primeiras letras, em que o indivíduo era introduzido na infância e percorria sua trajetória de aprendizado até a vida adulta, aprendendo sobre filosofia, oratória, leis, artes e outros ensinamentos voltados para a formação do indivíduo social, ou seja, a teoria, compondo assim a educação clássica (a única válida para os gregos à época).

Já os indivíduos desprovidos de posses ou títulos, eram direcionados às oficinas ou à tutoria de mestres-escola ou artesãos-professores, e instruídos acerca dos conhecimentos necessários ao desempenho de determinado ofício (a tecne), geralmente encerrando seu aprendizado antes de chegar à vida adulta.

A Grécia exportou seu modelo de ensino através das expedições conquistadoras de Alexandre Magno, e a educação clássica passou a não ser mais um direito privado, sendo estendida a todos os cidadãos livres como um direito público e um dever do Estado.

Além de Atenas e Esparta, Roma foi outra cidade a exportar seu modelo de educação, em que foram baseados muitos dos modelos atuais. O modelo romano dividiu o ensino em três partes: o ensino elementar das primeiras letras (surgido em IV a. C.) o secundário (III a.C.) e o que hoje é considerado como superior ou universitário (I a.C.) e o primeiro a instituir a “schola publica”, instituição de ensino mantida pelos cofres públicos.

Outros modelos surgiram ao longo da história da educação, pois como dito anteriormente, esta serve a interesses, principalmente aos políticos-governamentais. Apesar disso, faz-se necessário ressaltar que tais modelos sempre se basearam na forma clássica de ensino, também chamada erudita, que dominou as escolas ao longo dos séculos, transmitindo valores e conteúdo baseados nas culturas dominantes, principalmente a europeia que dominou o cenário científico ao longo de muitos séculos, e com isso também o campo pensador da educação.

As expedições antropológicas do século XX revelaram à Europa diferentes povos, culturas e formas de educar e com o trabalho de intelectuais da área de educação, que começaram a questionar o método eurocêntrico, onde não se levava em conta as peculiaridades dos outros povos. Assim a educação passou a ser vista também como meio de valorização cultural, contribuindo para a identidade nacional e para a formação do cidadão.

Apesar dos esforços feitos neste sentido, a distinção feita entre as classes sociais no exercício do ensino, como ocorria na Grécia antiga, continuou a existir e perdurar até os dias atuais. Tal distinção é demonstrada por Paulo Freire (1967) em “Educação como Prática da Liberdade” obra na qual discorre a respeito da educação no Brasil, em que defende o papel desta como forma de combate à alienação e ao assistencialismo impostos pelo governo, de despertar os indivíduos para a crítica consciente e para a reflexão, e romper assim com a massificação imposta pelos veículos de informação.

Freire (1967) aborda a educação no Brasil desde a época colonial até o século XX. Enfatiza o período antidemocrático que o país viveu durante o Regime Militar, em que julgou a educação vital para a democratização do país, a começar pela democratização de seu próprio acesso, na qual a alfabetização era o meio pelo qual o país começaria a avançar rumo à democracia e à modernidade. Para isso, a educação seria o instrumento com o qual os indivíduos deixariam a massa alienada e adentrariam no universo pensante e crítico, resultando num processo de emersão social. Para o autor, a educação no Brasil sempre se deu como na educação clássica, de forma verticalizada e unilateral, concentrada na fixação de palavras, “verbosa”, como chamou:

Quase sempre, ao se criticar esse gosto da palavra ôca, da verbosidade, em nossa educação, se diz dela que seu pecado é ser “teórica”. Identifica-se assim, absurdamente, teoria com verbalismo. De teoria, na verdade, precisamos nós. De teoria que implica numa inserção na realidade, num contato analítico com o existente, para comprová-lo, para vivê-lo e vivê-lo plenamente, praticamente. Neste sentido é que teorizar é contemplar. Não no sentido distorcido que lhe damos, de oposição à realidade. De abstração. Nossa educação não é teórica por que lhe falta esse gosto da comprovação, da invenção, da pesquisa. Ela é verbosa. Palavresca. (FREIRE, 1967, p. 93)

Em função disso, defendeu uma reinvenção, uma mudança na forma de ensinar e de pensar o ensino, que abandonasse o modelo eurocêntrico herdado da colonização, o qual gerava no indivíduo o pensamento de que “quanto mais queria ser um homem de cultura, menos queria ser brasileiro” (FREIRE, 1967, p. 98), e fizesse da educação uma ferramenta de inclusão social, através de um ensino que valorizasse a cultura nacional e que estimulasse o debate de ideias e a pesquisa científica entre os brasileiros.

No geral, a educação trata-se do meio com o qual os indivíduos são preparados para serem “homens completos”, cidadãos aptos a viver em sociedade e a desenvolver suas

capacidades com plenitude. Conforme definiu o antigo Ministério de Educação e Cultura (apud. BRANDÃO, 1967, p. 63), a educação:

Do latim 'educere', que significa extrair, tirar, desenvolver. Consiste, essencialmente, na formação do homem de caráter (...) é um processo vital, para o qual concorrem forças naturais e espirituais, conjugadas pela ação consciente do educador e pela vontade livre do educando. (...) É a atividade criadora, que visa a levar o ser humano a realizar as suas potencialidades físicas, morais, espirituais e intelectuais. Não se reduz à preparação para fins exclusivamente utilitários, como uma profissão, nem para desenvolvimento de características parciais da personalidade (...) mas abrange o homem integral, em todos os aspectos de seu corpo e de sua alma (...) É processo contínuo que começa nas origens do ser humano e se estende até sua morte.

Apesar disso, com o avanço da tecnologia e o surgimento das mídias digitais na segunda metade do século XX, a educação já enfrentava as barreiras da elitização do ensino, a qual privilegia os mais abastados com o conhecimento em detrimento dos mais pobres, agora se vê diante de um novo desafio: possibilitar o pleno aprendizado às crianças e jovens tendo como concorrente a internet e seu vasto repertório de informações.

Em plena Era Digital, a internet é hoje a principal fonte de consulta para pesquisa utilizada por estudantes, sobretudo nas cidades. Com a democratização do acesso à informação ocasionada pela internet e a facilitação da compra de computadores, as fontes tradicionais de pesquisa foram rapidamente substituídas e as técnicas de pesquisa reduzidas a sites de busca. Por se tratar de uma rede mundial de computadores conectados e trocando informações a todo o momento, a internet expõe o estudante a conteúdos mal selecionados e de procedência duvidosa. Na maioria dos casos, a veracidade das informações, bem como a qualidade técnica destas, é comprometida pelo cruzamento das diversas fontes disponíveis. O resultado é a elaboração de pesquisas e trabalhos contendo equívocos e informações

distorcidas, o que prejudica o desenvolvimento acadêmico dos estudantes. Também o aprendizado em sala foi afetado uma vez que reter a atenção dos alunos, em meio às distrações proporcionadas pela internet acessada em dispositivos móveis, e garantir o aprendizado apesar destas, tornou-se tarefa difícil para os professores. A educação tem cada vez mais sido afastada de seu formato tradicional, com professores lentos e alunos ouvintes, para aulas em que o diálogo tornou-se imprescindível, como colocado por Martendal (2009, p.12):

É preciso que ocorram mudanças, que o professor seja um mediador em técnicas convencionais, mas também em novas tecnologias da informação e da comunicação. Essa mediação pedagógica não se trata de privilegiar aulas expositivas e recursos audiovisuais mais convencionais ou mais modernos, também não se trata de substituir simplesmente a nomenclatura: o quadro-negro para o quadro branco e pincel ou por transparências ou projetores multimídia. Trata-se de o professor ter toda uma postura em relação ao processo de ensino e aprendizagem na qual deve escolher melhores técnicas, ferramentas e metodologias de ensino de acordo com o que quer que o aluno aprenda.

O papel do professor também muda diante da necessidade ensinar frente à tecnologia e faz com que este seja impulsionado a buscar novas ferramentas e metodologias de ensino que retenham a atenção dos alunos e recupere seu interesse, utilizando-se até mesmo da própria internet como aliada no ensino e aprendizagem, conforme apontou Pescador (2010, p. 9):

Deveríamos reconhecer que o uso educacional da Internet e de recursos e ferramentas digitais acontece fora das atividades escolares, longe da orientação de seus professores. O que deveríamos buscar é oferecer a esses alunos atividades interessantes baseadas na Internet e, como Levin e Arafeh (2009) salientam, se quisermos alavancar o “aprender a aprender”, precisamos levar em consideração que isso “acontece de forma mais natural quando você e outro participante estão situados em uma comunidade prática (tradução nossa). Nesse domínio de ação, professores, em geral imigrantes

digitais, precisam muitas vezes redimensionar suas práticas, levando em conta as características do nativo.

Destarte, assim como as práticas de ensino vêm se adequando ao novo contexto tecnológico e assumido novas ferramentas e metodologias, a possibilidade de obter novas fontes de informação que ofereçam alternativas ao modo de ensinar e que contemplem tanto os meios tradicionais de pesquisa como os atuais, faz dos documentos de arquivo e das bases de dados mantidas pelas instituições de memória, instrumentos de ensino capazes de fazer frente ao monopólio da internet e dos sites de busca, uma vez que ao serem expostos à realidade dos arquivos e às fontes documentais que são prova materialmente palpáveis dos assuntos pesquisados, pretende-se que os alunos tenham seu interesse novamente despertado e, além disso, que professores tenham seu status restaurado à medida que atuem como mediadores entre os alunos e sua nova fonte de informações, recuperando assim sua posição de educadores. Nesse contexto, arquivistas e profissionais de arquivo atuarão juntamente com as instituições de arquivo, instruindo aos visitantes a respeito das técnicas de manuseio das fontes documentais, métodos de busca em bases de dados e demais informações a respeito dos arquivos e de seu papel na preservação do patrimônio público e disseminação da informação, demonstrando assim a importância de tais instituições e a necessidade de preservar as mesmas.

Portanto, a fim de contribuir para a melhoria da educação e ao mesmo tempo fomentar o hábito da pesquisa entre os estudantes, foi criado o serviço educativo em arquivos, o qual traz à luz as instituições de memória como locais de obtenção do conhecimento, e não somente como depósito de documentos esquecidos pelo Estado, auxiliando na conscientização da população a respeito de seu direito de acesso ao patrimônio público e da importância de tais instituições para a memória e democracia nacionais, conforme exposto a seguir.

3 AS INSTITUIÇÕES DE MEMÓRIA E A PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO PÚBLICO CULTURAL

Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem: IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais (BRASIL, Constituição, 1988, Art. 216).

Depreende-se do trecho supracitado que os documentos e objetos são registros da identidade e memória coletiva de um povo e que, portanto fazem parte de seu patrimônio cultural, devendo ser preservados, assim como os locais em que são armazenados, os quais são geralmente arquivos, bibliotecas e museus. A princípio, tais instituições, também chamadas de instituições de memória, diferem quanto à sua finalidade precípua, mas compartilham, no geral, da mesma função social: a de guardiães da memória e conhecimento humanos, e do patrimônio cultural como um todo.

Em função disso julgou-se necessário dedicar um capítulo deste trabalho para apresentar a cada uma, identificando pontos de congruência e divergência entre estas três instituições erguidas pela vontade humana de manter sua identidade viva, bem como sua importância na formação e manutenção do patrimônio público cultural. Paes (2004, p. 16) define arquivos, bibliotecas e museus da seguinte forma:

Arquivo: é a acumulação ordenada dos documentos, em sua maioria textuais, criados por uma instituição ou pessoa, no curso de sua atividade, e preservados para a consecução de seus objetivos, visando à utilidade que poderão oferecer no futuro.

Biblioteca: é o conjunto de material, em sua maioria impresso, disposto ordenadamente para estudo, pesquisa e consulta.

Museu: é uma instituição de interesse público, criada com a finalidade de conservar, estudar e colocar à disposição do público conjuntos de peças e objetos de valor cultural.

Paes (Ibid. acima) acrescenta que “a finalidade das bibliotecas e museus é essencialmente cultural, enquanto a dos arquivos é primordialmente funcional, muito embora o valor cultural exista, uma vez que constituem a base fundamental para o conhecimento da história”. Namer (1987, p.3-4) afirma que a biblioteca, apesar de ter nascido da acumulação da memória-saber que, com o passar do tempo, foi convertida em memória-erudita, é acima de tudo resultado da acumulação de memórias culturais e que tal acumulação se dá de forma seletiva através da análise e seleção feita pelos bibliotecários ao formarem as coleções.

Segundo o autor o mesmo ocorre nos museus onde a memória conservada é a memória dos valores, do sagrado, do precioso, dos objetos que guardam e contam a história do mundo, e onde cada objeto é organizado a fim de revelar seu antigo contexto: “O museu é a memória do antigo contexto do objeto, é certo, ele unifica, para o contexto mesmo que cria, em uma memória social os objetos, expressão de vontades de memória coletiva diferentes” (Ibid., p. 15).

No caso dos arquivos, Jardim (1995, p. 5-7) esclarece que é através da avaliação e seleção dos documentos que são identificados aqueles que serão preservados e posteriormente poderão servir para fins culturais. Em outras palavras, são onde a acumulação de documentos ocorre de forma natural, proveniente das atividades de trabalho de instituições públicas ou privadas, em que durante sua fase corrente (de uso contínuo) os documentos servem, numa dimensão gerencial, legal ou financeira, como subsidio para tomada de decisões em tais instituições, possuindo assim valor primário. Somente após os procedimentos de avaliação e seleção de documentos é determinado o valor secundário dos documentos, ou seja, o valor informativo, em que os documentos passam a servir de fonte para pesquisas de diferentes fins,

inclusive os culturais. A partir de então, é que os documentos passam a servir para fins culturais, embora não seja esta sua finalidade precípua.

Jenkinson (apud. SCHELLENBERG, 2006, p. 37-39) afirmou que os documentos são produzidos e acumulados a fim de atender a um objetivo, de acordo com sua entidade produtora: “Numa repartição do governo, esse objetivo é o cumprimento de sua finalidade oficial.”, porém ressaltou que:

Devemos admitir que a razão primordial para a preservação da maioria dos documentos é alcançar o objetivo para o qual foram criados e acumulados. Em se tratando de um governo, este fim, como sabemos, é a realização de sua atribuição. Documentos conservados somente em função dessa finalidade não são necessariamente arquivos. Para que o sejam faz-se mister uma outra razão – a de ordem cultural.

Portanto, a importância dos arquivos como fonte de cultura fica evidente, já que estes, só serão preservados e passarão a ter um valor para além daquele inerente à sua criação, se apresentarem informação relevante ou algum valor cultural.

Em função disso, a instituição de arquivos públicos também é afetada, uma vez que conforme lembrou Schellenberg (2006, p. 30-31), uma das razões pelas quais os arquivos públicos começaram a surgir em países como a França, Inglaterra e Estados Unidos, foi uma razão de ordem cultural, nos quais: “os arquivos públicos constituem um tipo de fonte de cultura entre muitos outros tipos como livros, manuscritos e tesouros de museus. São uma fonte tão importante como os parques, monumentos ou edifícios”.

Cabe neste ponto retomar Namer (1987, p. 15) e seu discurso acerca das instituições de memória, apresentadas anteriormente, e do papel fundamental que possuem na preservação da memória e do patrimônio cultural. Segundo o mesmo, é da união de memórias,

principalmente a memória dos colecionadores, que foi formada o que “vem a ser em nossos dias uma memória do patrimônio nacional”.

De acordo com Mendes (2009, p. 50), patrimônio cultural é o mesmo que patrimônio histórico, o qual remete, na perspectiva tradicional, aos “monumentos que permitissem recordar eventos de índole militar, diplomática, religiosa ou, então, associados a antigas civilizações”, e em uma abordagem mais atual, à uma totalidade, como um conceito global que inclui todas as esferas da atividade humana, capazes de rememorar fatos. Além disso, o autor afirma que a “noção de patrimônio histórico/cultural insere-se neste processo pelo qual o Estado se organiza mediante a criação de um patrimônio comum e uma identidade própria”. E o mais importante: “a construção desse patrimônio pressupõe valores norteadores de políticas públicas, a partir dos quais são atribuídos qualificativos a determinados registros documentais.”. Tais valores, segundo o mesmo, são “produzidos, postos em circulação, consumidos, reciclados e descartados”, ou seja, o patrimônio histórico/cultural de uma nação é também um produto derivado de uma seleção prévia daquilo que será preservado e elevado ao status de patrimônio, de algo relevante para a memória e história nacional, assim como ocorrido nas coleções das bibliotecas e museus, e nos documentos considerados de valor secundário preservados nos arquivos.

Jardim (1995, p. 8-9) discorre sobre isto e aponta que historicamente na formação das instituições guardiãs do patrimônio cultural e do chamado patrimônio documental arquivístico houve, por parte do poder público, um forte incentivo ao que chama de monumentalização das instituições, em que há uma forte restrição de seu acesso e de seus acervos. O mesmo afirma que, no caso dos arquivos, tal processo teve origem na própria formação dos acervos documentais guardados, uma vez que a massa documental produzida pelo Estado atende primeiramente à administração e não ao público e, em geral, pela ausência de tratamento adequado, acaba não passando pelo processo de avaliação e seleção, sendo

descartada de forma irregular ou preservada sem que antes fosse atestado o seu valor secundário, o qual chancela sua importância para a sociedade e justifica sua abertura ao público.

Na ausência da teoria arquivística, os documentos preservados são geralmente postos em um patamar de monumentos intocáveis e tem seu acesso restrito a maioria da população, sendo a consulta a estes um privilégio de poucos. Devido ao caráter político dos arquivos, a maioria obedece a instâncias superiores, dentro de sua esfera governamental e, por isso:

Os acervos dos arquivos públicos sinalizam, portanto, um processo de constituição de um patrimônio documental que resulta e, em alguns casos, ressalta a opacidade informacional do Estado. Por outro lado privilegiam a sua transparência informacional mediante escassos conjuntos documentais que, “monumentalizados”, são disponibilizados para o cidadão (JARDIM, id. ibd.).

Apesar de tal prática ainda ser muito comum nos arquivos públicos brasileiros, principalmente naqueles distantes dos governos centrais, uma mudança gradual passou a ocorrer nos arquivos brasileiros. Segundo Jardim (1995) a partir dos anos 1990 as instituições começaram a se adequar à nova condição política do país após o fim da Ditadura Militar, e passaram a se aproximar do público, a fim de se tornarem repositórios confiáveis e fontes acessíveis da memória coletiva e do patrimônio cultural brasileiro, juntamente com os museus e bibliotecas, contribuindo assim para o exercício da cidadania e manutenção da democracia brasileira.

4 O ACESSO À INFORMAÇÃO NOS ARQUIVOS PÚBLICOS BRASILEIROS: BREVE SÍNTESE

Os primeiros arquivos públicos no Brasil se construíram no século XIX, ligados, principalmente, ao papel de sustentação legal do Estado, na medida em que depositavam as provas fidedignas de sua atuação. Esse foi o caso do maior arquivo do país, o Arquivo Nacional, criado em 1838, num momento de construção da nação e de consolidação do regime monárquico. Nascia para servir ao Estado e não ao cidadão (BARBOSA e SILVA, 2012, p.47).

Desde a criação do Arquivo Nacional em 1838 até os dias atuais o cenário da arquivística brasileira mudou consideravelmente no que tange o acesso à informação. Criados a princípio como depósitos do governo, os arquivos brasileiros atuaram por muito tempo como guardiões da memória, tratando os documentos como de uso exclusivo do poder público e por isso seu acesso era controlado e restrito a poucos. Diferentemente da França que estabeleceu o acesso público aos documentos desde o século XVIII com a criação do Arquivo Nacional Francês, da Inglaterra através do Public Record Office e de outros países europeus antes do século XX, o Brasil somente passou a pensar nos arquivos como um bem coletivo com a promulgação da Constituição Federal de 1988, a qual foi a primeira a estabelecer o acesso à informação como um direito de todos, dando o pontapé inicial a uma sequência de leis destinadas à abertura dos arquivos ao público e a garantia de direitos do cidadão sobre o Patrimônio Cultural Brasileiro:

É assegurado a todos o acesso à informação e resguardo do sigilo da fonte, quando necessário ao registro profissional (...) todos tem direito de receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral, que serão prestadas no prazo da lei, sob pena de responsabilidade, ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do estado (BRASIL, Constituição, 1988).

Após, leis foram criadas no intuito de fortalecer a atuação dos arquivos e dar-lhes maior autonomia frente à gestão de seus acervos, bem como para a garantia de acesso público

aos documentos e arquivos, sendo a primeira delas a Lei nº 8.159 de 1991 que dispôs sobre a política nacional de arquivos públicos e privados, que estabeleceu como dever do Estado “a gestão documental e a proteção especial a documentos de arquivos, como instrumento de apoio à administração, à cultura e ao desenvolvimento científico e como elementos de prova e informação” (BRASIL, 1991). Com isso a gestão dos documentos emanados por toda a esfera pública assim como dos arquivos passou a ser dever do Estado, de modo a garantir a integridade dos documentos bem como o sigilo das informações nestes contidas, além de contribuir para administração do aparelho estatal e para a diminuição da burocracia na tramitação de documentos. A publicação desta lei dos anos 90 foi um marco para a arquivística brasileira, pois foi a primeira lei destinada somente aos arquivos no país. Ainda na mesma década foi criado no intuito de padronizar a gestão documental dos órgãos públicos, o Conselho Nacional de Arquivos – CONARQ, órgão colegiado vinculado ao Arquivo Nacional que tem por finalidade:

Definir a política nacional dos arquivos públicos e privados, como órgão central do Sistema Nacional de Arquivos – SINAR, bem como exercer orientação normativa visando à gestão documental e à proteção especial aos documentos de arquivo (BRASIL, ARQUIVO NACIONAL, 2015).

Posteriormente, em 1997 foi publicado o Decreto nº 2.134 da Presidência da República responsável por regular “a classificação, reprodução e o acesso aos documentos públicos de natureza sigilosa, em qualquer suporte, que digam respeito à segurança da sociedade e do Estado e à intimidade dos indivíduos” (Jardim, 1999, p.3), e com isso evitando equívocos na restrição ou acesso aos documentos do poder público.

Influenciadas pelo processo de redemocratização no pós-ditadura, tais medidas foram tomadas em parte devido ao novo contexto sociopolítico do país e em parte pela necessidade das instituições arquivísticas de atenderem à demanda no serviço público por uma gestão de documentos que abarcasse o crescente volume documental produzido pelos órgãos. Destarte contribuiu-se para a modernização do serviço público e para a reformulação das práticas arquivísticas e para o fortalecimento da democracia, o que culminou na melhoria do tratamento documental em âmbito público, bem como para a conscientização a respeito da

importância dos arquivos públicos para a administração e sociedade, bem como para a padronização do trabalho arquivístico no serviço público.

Porém, tais medidas não foram suficientes para acompanhar a rápida e desordenada produção documental gerada pelo setor público nos últimos anos, a qual levou a administração pública a ter que lidar com massas documentais cada vez maiores e difíceis de administrar, que combinadas à exacerbada burocracia do aparelho estatal brasileiro, resultaram em uma enorme morosidade na tramitação de documentos e no atendimento ao cidadão em busca de informações.

Em função disso, julgou-se necessário criar uma legislação específica que regulamentasse e garantisse o acesso à informação à população, de forma mais rápida e eficiente, o que deu origem à Lei Nº 12.527 de 2011, a Lei de Acesso à Informação. Criada com a finalidade de “assegurar o direito fundamental de acesso à informação” a todo cidadão brasileiro (BRASIL, 2011) a lei estabeleceu como regra o acesso à informação pública e sua exceção o sigilo de informações, ocorrido somente em casos de informações consideradas imprescindíveis à segurança nacional. O estabelecimento desta lei constitui um marco para a sociedade brasileira, pois assegura legalmente o acesso à informação pública. A lei determina o acesso imediato do solicitante à informação requerida, o que torna o atendimento ao público mais rápido. A possibilidade de acessar informações governamentais de caráter administrativo confere maior transparência ao poder público, pois permite o acompanhamento e fiscalização diretos da população sobre as ações governamentais, diminuindo assim as chances de fraudes e burlar das leis no âmbito público, exigindo do governo maior rigor na consecução de seus atos. Garantir o direito de acesso à informação pública é garantir também o direito de apropriação do cidadão sobre o patrimônio público nacional, do qual documentos e arquivos fazem parte. Com isso, os arquivos brasileiros têm revisto suas práticas e promovido a abertura de seus arquivos, através de serviços de informação, cultura e educação destinados ao

público. Chega-se então à questão central deste trabalho: o uso dos arquivos como fonte de disseminação cultural e educacional.

5 O SERVIÇO EDUCATIVO EM ARQUIVOS

Bellotto (2006, p. 227) ao sintetizar a relação arquivos, cultura e educação, revelou a importância das ações culturais e educativas, sem deixar de lado o papel tradicional dos arquivos:

Os arquivos públicos existem com a função precípua de recolher, custodiar, preservar e organizar fundos documentais originados na área governamental, transferindo-lhes informações de modo a servir ao administrador, ao cidadão e ao historiador. Mas para além dessa competência, que justifica e alimenta sua criação e desenvolvimento, cumpre-lhe ainda uma atividade que, embora secundária, é a que melhor pode desenhar os seus contornos sociais, dando-lhe projeção na comunidade, trazendo-lhe a necessária dimensão popular e cultural que reforça e mantém o seu objetivo primeiro. Trata-se de seus serviços editoriais, de difusão cultural e de assistência educativa.

O chamado serviço educativo em arquivos, segundo Alberch e Boadas (1991, p. 34-35, tradução nossa), “nasce com um objetivo fundamentalmente pedagógico, com a finalidade de oferecer aos alunos do ensino primário e secundário um contato direto com os documentos” a fim de oferecer ao aluno uma nova forma de aprendizagem diferente do ensino tradicional.

Praticado de formas distintas em diversos países da Europa desde a década de 50, o serviço educativo recebeu diferentes denominações ao redor do mundo, de acordo com as necessidades de cada região.

O primeiro serviço educativo foi criado em 1950 no Archive Nationales em Paris, em cumprimento a uma circular emitida anos antes pelo diretor-geral da entidade que obrigava aos arquivistas departamentais a realização de conferências periódicas para os alunos das escolas normais. A partir de então, foi implantado nos demais arquivos departamentais franceses, e adotado em outros países europeus como Bélgica, Dinamarca, Espanha, Itália,

Polônia, Rússia e Reino Unido, e nos demais continentes, em países como Canadá, Estados Unidos e Brasil. (BELLOTTO, 2006, p. 232)

Segundo Canela, M.; Cuñé, B.; et al. (1987 apud ALBERCH; BOADAS, 1991, p. 35, tradução nossa), os objetivos do uso dos documentos de arquivo como instrumento educativo são:

Dar a conhecer as fontes primárias para ilustrar o ensino da história, da política, da geografia de uma determinada época ou região; ajudar o aluno a despertar seu senso crítico obrigando-o à análise de diferentes fontes documentais que acolhem um mesmo fato; favorecer o interesse pelos documentos de maneira que se traduza em uma atitude de respeito para com o patrimônio histórico e fazer-lhes descobrir também entre os grandes feitos da história universal e os da história local.

Já a metodologia empregada no uso educacional dos arquivos é diversa, e varia conforme alguns fatores como: espaço físico, mão de obra qualificada, recursos materiais disponíveis e, principalmente, orçamento destinado e público alvo. Programas de incentivo ao uso didático dos arquivos, bem como ações culturais para atração de visitantes, através de visitas guiadas, aulas, exposições, oficinas, leituras coletivas, transmissões em rádios e TVs, publicação de revistas e catálogos, voltados para a divulgação dos acervos, são algumas medidas adotadas pelos arquivos.

De acordo com Alberch e Boadas (1991, p. 38) “material didático atrativo, sala especial com controle de temperatura e umidade, e supervisionada por profissionais de arquivo” além de “mesas e cadeiras – ou outro mobiliário fácil de mover -, painéis educativos, arquivos e prateleiras, armários de parede e horizontais, bolsas transparentes e armários onde guardar o material de trabalho” são alguns requisitos necessários à execução deste tipo de serviço, a fim de resguardar a integridade dos acervos, e proporcionar um manuseio seguro dos documentos de arquivo.

Também os arquivistas devem modificar sua postura e passar a posicionar-se para além da postura habitual de intermediadores entre usuário e arquivo, tomando também o posto de agentes culturais, educadores e divulgadores dos acervos aos quais se dedicam, conforme afirmou Franz (1986 apud ALBERCH; BOADAS, 1991, p.41, tradução nossa):

Em síntese, a função essencial do arquivista em um contexto educacional é a “comunicação” dos documentos, o assessoramento a professores e estudantes, a determinação do tipo de grupos e temas a tratar e a identificação e seleção de documentos que correspondem a necessidades específicas do projeto.

Além disso, o serviço educativo em arquivos deve ser flexível e capaz de atender aos diversos públicos, desde alunos dos ensinos primário e secundário até aos estudantes de ensino superior, pesquisadores autônomos e professores, devendo estabelecer categorias entre os visitantes e construir ações voltadas para cada uma em específico. Além destes, a sociedade em geral deve ser contemplada de modo que os arquivos atuem como um elo entre cidadãos leigos e o patrimônio cultural e identidade coletiva, do contexto em que estão inseridos.

Conforme Bellotto (2006, p. 240), ao implantar o serviço educativo os arquivos adquirem novas atribuições que resultaram posteriormente em benefício para os mesmos e conferem mais evidência ao trabalho arquivístico e ao papel dos arquivos:

Tornar mais conhecida sua própria função primária, desenvolvendo a compreensão dos testemunhos do passado, mesmo os mais modestos, difundindo a noção de respeito ao documento escrito, evitando assim a destruição de papéis que se achem em depósitos particulares e, talvez, estimulando doações de fundos privados ou, ao menos, sua cessão para microfilmagem.

Dessa forma, todos são beneficiados, pois os arquivos antes limitados à erudição, à pesquisa científica e à administração, a partir destas novas atribuições, são impelidos a

renovarem sua estrutura funcional, suas regras e seu pessoal proporcionando um melhor atendimento para o cidadão.

De um modo geral, a ação educativa em arquivos demonstra ser em muitos países uma alternativa viável e bem sucedida à educação tradicional e, tem gerado discussões em congressos e simpósios mundo afora, sendo um objeto de estudo e debate cada vez mais recorrente na comunidade arquivística.

No Brasil, o uso dos arquivos como fonte de disseminação educacional e cultural ainda é pouco difundido e ocorre de forma pontual em alguns arquivos públicos de estados como São Paulo e Minas Gerais.

5.1 O EXEMPLO EUROPEU

A seguir serão citados alguns exemplos de ações educativas realizadas em arquivos públicos europeus:

- Reino Unido:
 - a) O “History workshop” se utiliza da história local e da experiência pessoal, combinado a prática da história oral com o trabalho de arquivo, para promover oficinas cujo intento é “introduzir o estudo das fontes originais como uma parte da formação histórica e estimular os trabalhadores a construir sua própria história” (FONTANA, J.; E. Ucelay; apud ALBERCH, 1991, p. 46).
 - b) “ATK” ou Caixas de ensino com arquivos trata-se da disponibilização de maletas às escolas com reproduções de documentos previamente selecionados e traduzidos, acompanhados de fotografias, diapositivos e etc. que ilustrem um determinado tema, de acordo com o programa escolar e com o consentimento dos professores, destinado ao público escolar (COOK, M. apud *Ibd.*, p. 50).

- França:

- a) “Concurso Jovem Historiador” criado pelo Archeive Nationales em 1953, destina-se a estudantes de 14 a 19 anos que exploram conjuntos de documentos com base em tema preestabelecido (BELLOTTO, 2006, p. 236)

Além deste caso em específico, os arquivos departamentais franceses realizam atividades pedagógicas em arquivos por toda a França, como visitas guiadas, exposição de originais, aulas de história e reprodução de filmes didáticos nos arquivos.

- Outros países:

Segundo Bellotto (2006, p. 232), publicações educativas de arquivos são produzidas em países como Estados Unidos, Polônia, Rússia e “conferências, projeções, programas de rádio e televisão e exposições destinadas ao público escolar são sistematicamente realizados em todo o mundo”. Na Alemanha “os estudantes são sistematicamente levados a visitar os arquivos, guiados pelos próprios arquivistas”, assim como na Dinamarca e Bélgica. Já a Itália, segundo a autora, vem desde 1976 “estreitando a colaboração com as escolas secundárias, através de aulas exposições harmonizadas com os programas escolares”.

5.2 A INICIATIVA BRASILEIRA: O SERVIÇO EDUCATIVO NOS ARQUIVOS DO SUDESTE

Neste tópico a iniciativa brasileira de ensinar através dos arquivos é abordada através das ações educativas desempenhadas em arquivos públicos dos estados de Minas Gerais e São Paulo, únicos a desenvolverem tais atividades no Sudeste.

Para tal são utilizados relatos de profissionais dos referidos arquivos obtidos por meio da aplicação de questionário e, material coletado, via e-mail, entre Novembro e Dezembro de 2014, como disposto no Anexo 1.

- Arquivo Público do Estado de São Paulo (APESP):

Através de seu Núcleo de Ação Educativa (NAE), o Arquivo desenvolve programas educativos voltados para estudantes de Nível Fundamental I e II, Médio e Superior e Professores, com o objetivo de “aproximar o APESP de instituições educacionais e da sociedade em geral”.

O APESP realiza sete atividades diferentes voltadas para a prática pedagógica em arquivos: “Sala de Aula no Arquivo, Visita Monitorada, Exposições Virtuais, Ateliê Infantil, Oficinas: O Uso de Documentos de Arquivo na Sala de Aula, O Professor no Arquivo e Conhecendo o Deops/SP: Memória e História”.

Na primeira são oferecidas cinco oficinas temáticas divididas em categorias de estudantes, em que os alunos exploram os documentos a partir de temas preestabelecidos: “Fontes Históricas, Ferrovias Paulistas, Cartografia Histórica, O Movimento Constitucionalista de 1932, Anistia e Redemocratização”.

A Visita Monitorada divide-se em duas: Visita Geral, em que são apresentadas a história da instituição, sua importância e a composição do acervo institucional, proporcionando a vivência da rotina e do funcionamento do Arquivo e Visita Técnica, destinada a estudantes de pós-graduação e técnicos de instituições congêneres, em que são abordadas questões técnicas sobre o funcionamento do APESP. Ambas as visitas devem ser agendadas.

A Exposição Virtual tem por objetivo divulgar as fontes documentais existentes no acervo e sugerir atividades a serem desenvolvidas em sala. Já o Ateliê Infantil é voltado para a educação de base e busca estimular a criatividade das crianças e conscientizá-las a respeito da importância da preservação do patrimônio histórico, através de atividades práticas desenvolvidas com o acervo.

A Oficina consiste no desenvolvimento de atividades práticas baseadas na utilização de documentos de Arquivo, distribuídas em sete temas diferentes. É voltada para o público docente e realizada semestralmente. De forma semelhante O Professor no Arquivo procura aproximar os professores do patrimônio documental da instituição através de oficinas temáticas a partir dos documentos do acervo.

Por último, o Conhecendo o Deops/SP, trata-se de um projeto em parceria com o Memorial da Resistência de São Paulo, em que palestras sobre o Deops/SP e análises dos documentos do acervo são realizadas, seguida de uma visita ao Memorial.

Ao todo o APESP atendeu em média a 1.946 pessoas, entre estudantes, professores e cidadãos em geral, através de suas atividades educativas, no ano de 2014. E, a Exposição Virtual, teve 61.826 de acessos no mesmo período.

- Arquivo Histórico de São Paulo (AHSP):

O serviço educativo do AHSP consiste na realização de visitas guiadas oferecidas ao público escolar com o objetivo de “divulgar o conteúdo dos fundos documentais depositados na instituição, o funcionamento e a função social do Arquivo, e a conservação do patrimônio documental” de forma a contribuir para a valorização do patrimônio histórico e cultural da cidade. Além disso, são realizadas visitas técnicas destinadas a estudantes de Arquivologia, Biblioteconomia e História. As visitas devem ser agendadas previamente pelo site da

instituição. O número de visitantes ao AHSP, no ano de 2014, não foi informado pela instituição.

- Arquivo Público Mineiro (APM):

A ação educativa desenvolvida pelo APM é feita através de visitas guiadas realizadas em média cinco vezes ao mês ao Arquivo, e são oferecidas a estudantes de todas as idades. Durante a visita há exibição de vídeo institucional e visita aos departamentos e depósitos. Em média 28 pessoas ao mês visitaram a instituição em 2014, totalizando 1.680 visitantes no ano.

- Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte (APCBH):

O serviço educativo do APCBH é realizado em parceria com a Secretaria Municipal de Educação de Belo Horizonte e atende em média três escolas por semana, recebendo em média 250 pessoas por mês, 3.000 pessoas no ano, entre adultos, jovens e crianças. São realizadas três tipos de visitas: a Visita Monitorada (Ensino Fundamental, 1º ao 9º ano e Ensino Médio); a Visita Profissionalizante (Jovem-Aprendiz, e técnico profissionalizante); e a Visita Técnica (Cursos de Graduação e técnicos de outras instituições).

A Visita Monitorada tem início com a apresentação do mascote da Educação Patrimonial, chamado “Beloricol”, um caracol com a cidade em sua concha, representando o cuidado que se deve ter com o patrimônio da cidade. Após é apresentado um vídeo institucional seguido explicações das funções do Arquivo e a diferença entre os documentos públicos e privados.

Ocorre também um jogo com fac-símiles dos suportes documentais existentes no Arquivo para que o aluno tenha conhecimento de todos os tipos de documentos que estão sob a guarda da instituição. Para que a visita ocorra é entregue um “kit” do conservador (máscara, luva, lápis 2b, cliques de plástico, sachê de algodão, uma borracha, sachê de cravo da índia e

pimenta do reino, cadarço de algodão) a cada aluno, para que este tenha a oportunidade de repetir em casa nos documentos pessoais o que aprendeu durante a visita.

Na Visita Profissionalizante, voltada para os alunos de nível técnico e superior, são explicados cada Departamento, as funções do Arquivo e exibidas fotos de várias fases da cidade, tanto no passado quanto nos dias atuais. Já na Visita Técnica, todos os setores são visitados e é oferecida uma explicação detalhada de cada Departamento, em que os alunos podem ter uma dimensão maior sobre o funcionamento do Arquivo.

Por hora somente os Arquivos citados oferecem serviços e atividades educacionais no Sudeste, embora a implantação de programas como estes esteja sendo estudada por instituições em outros Estados.

6 CONCLUSÃO

Este estudo apresenta primeiramente os conceitos de cultura, memória e educação no intuito de amparar a leitura e dar subsídio à construção do tema central, de uso dos arquivos para fins educativos.

Ao abordar os conceitos de memória coletiva e patrimônio cultural, em que o conceito de memória coletiva aparece como meio de afirmação da cultura local e de autoidentificação do indivíduo, e o patrimônio público cultural configura como o universo de manifestações culturais e artísticas de uma determinada sociedade, é possível compreender a importância das instituições de memória no processo de preservação da identidade nacional.

Contudo, no processo de formação das instituições de memória prevaleceu durante muitos anos a preocupação em preservar o patrimônio público cultural e o dever de servir à administração pública. O acesso público à informação e aos arquivos somente passou a ser direito de todos com a promulgação de leis como a Lei de Acesso à Informação. A partir disso, o acesso à informação tornou-se direito fundamental, o que contribuiu para desburocratização no atendimento ao público e no serviço público em geral, ajudando na construção de uma nação mais democrática e de um governo mais transparente, em que os arquivos simbolizam, através de sua abertura, a transição definitiva para um Estado democrático, através da garantia de direitos.

A abertura dos arquivos vem ocorrendo gradualmente desde o fim do regime militar, no final dos anos 80, porém o reconhecimento dos arquivos como fonte de pesquisa ainda se dá em grande parte entre estudantes e profissionais de nível superior, o que denota o pouco conhecimento da população acerca do papel e da importância dos arquivos para a sociedade.

Num momento de abertura para vários setores da sociedade como a arte, a educação e a política, as instituições responsáveis por custodiar o patrimônio cultural do país, dentre as

quais estão os arquivos, viram seus papéis serem modificados à medida que a democracia passava a ser novamente praticada. Ao invés da antiga postura alheia aos acontecimentos na sociedade e distante da população, os arquivos começaram a deixar a monumentalização de seus acervos e passaram a buscar mais diálogo com o público, através de ações culturais como o serviço educativo.

No caso do Brasil o uso dos arquivos para fins educacionais ainda é pouco frequente, estando concentrado, em sua maioria, em arquivos públicos do Sudeste, onde sua prática teve início. Tal situação ocorre principalmente pela dificuldade em conciliar o serviço educativo com as condições precárias da maioria dos arquivos públicos do país, pois acervos em boas condições servirão melhor às atividades do serviço educativo do que acervos compostos por documentos infestados, quebradiços ou pouco legíveis. Também a estrutura dos arquivos, como salas de consulta, material disponível, profissionais capacitados, iluminação, acessibilidade, dentre outros contribuem para a execução do serviço educativo, quando em bom estado.

Além disso, o uso dos arquivos para fins educativos esbarra em questões políticas contrárias, criando dicotomias como o direito de acesso à informação versus o sigilo informacional, a difusão do patrimônio cultural versus a preservação do mesmo, o papel do arquivista como guardião e gestor da informação versus o arquivista como mediador cultural, a disciplina arquivística versus a interdisciplinaridade do serviço educativo e os arquivos como instituições culturais versus a função primária de servir diretamente aos interesses do poder público.

Quanto à aplicação do serviço educativo em instituições arquivísticas, observou-se que em outros países como França e Inglaterra o uso dos arquivos como ferramenta educativa consolidou-se há muitos anos e seus exemplos foram usados como referência neste trabalho.

Depreende-se da análise dos serviços educativos apresentados que apesar das barreiras enfrentadas e das dificuldades estruturais existentes na maioria dos arquivos públicos brasileiros, é grande a importância de sua atuação na conscientização da população a respeito da relevância do patrimônio público cultural, e no estímulo ao uso dos documentos de arquivo como fonte de informação e pesquisa, bem como de ferramenta de ensino a serviço da educação, contribuindo assim para o exercício do direito à informação por parte do cidadão comum. Ademais, o serviço educativo contribui também para a promoção do trabalho arquivístico e das instituições de arquivo como guardiães da memória e patrimônio nacionais, assim como para a valorização dos arquivos públicos como instituições culturais.

Sugere-se que mais ações culturais e educativas devem ser implantadas nos arquivos e divulgadas pelo poder público, a fim de que não somente os Estados de Minas Gerais e São Paulo sejam beneficiados, mas todo o Sudeste, e para além destes, que a população brasileira em geral possa ser introduzida a mais uma forma de aprendizado e fonte de pesquisa que amplie seu horizonte e aproxime-na ainda mais de sua cultura através da consulta às fontes documentais e do acesso direto ao patrimônio público cultural do país, resguardado pelas instituições de memória. Pois, neste processo de aproximação entre a população e os arquivos todos saem ganhando, uma vez que as instituições têm seu trabalho divulgado e o poder público suas ações fiscalizadas através do acesso público à informação oficial, contribuindo assim para governos mais transparentes e democráticos Brasil afora.

Conscientizar a população a respeito de seus direitos é um dever do poder público que este nem sempre cumpre, por diversas razões. Em função disso, conclui-se que a dupla função exercida pelos arquivos é de vital importância para a sociedade brasileira como um todo, pois atuam tanto no fornecimento de fontes de informação e prova para a administração pública, no decorrer do exercício de suas atribuições, como também para a informação e conscientização da população acerca de seus direitos sobre o patrimônio público cultural e seu

vasto legado informacional, contribuindo dessa forma para uma sociedade mais ciente de seu passado, de sua identidade e de seus direitos.

7 REFERÊNCIAS

ALBERCH, R.; BOADAS, J. La acción pedagógica: el servicio educativo. In: _____. La función cultural de los archivos. Bergara: [s.n.], 1991. p. 94. Disponível em: <<http://www.sna.org/pdf/ikerlanak3.pdf>> Acesso em: 08 nov. 2014.

ARQUIVO HISTÓRICO DE SÃO PAULO. O serviço educativo. São Paulo: AHSP, 2014. Disponível em: <<http://arquivo.prefeitura.sp.gov.br>> Acesso em: 08 nov. 2014.

ARQUIVO Público do Estado de São Paulo. O núcleo de ação educativa. São Paulo: Arquivo Público do Estado de São Paulo, [s.d.] Disponível em: <http://www.arquivoestado.sp.gov.br> Acesso em: 08 de Nov. 2014.

CONARQ. ARQUIVO NACIONAL. Rio de Janeiro, 2015. Disponível em: <www.arquivonacional.gov.br> Acesso em: 10 dez. 2015.

BARBOSA, A. C. O.; SILVA, da. H. R. K. Difusão em arquivos: definição, políticas e implementação de projetos no Arquivo Público do Estado de São Paulo. In: Acervo, Rio de Janeiro, v. 25, n. 1, jan./jun. 2012. Disponível em: < www.revista.arquivonacional.gov.br> Acesso em: 10 dez. 2015.

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. **Arquivos permanentes**: tratamento documental. – 4. ed. – Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006. 320p.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. O quê é educação. São Paulo: Brasiliense, 2007. (Coleção Primeiros Passos; 20) 116p.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. 292 p.

_____. Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991. Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF.

_____. Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011. Regula o acesso à informação. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF.

CHAUÍ, Marilena. Política cultural, cultura política e patrimônio histórico. In: _____. *O direito à memória*: patrimônio histórico e cidadania. São Paulo: Departamento do Patrimônio Histórico, 1992.

DICIONÁRIO Brasileiro de Terminologia Arquivística. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005. Disponível em: <<http://www.arquivonacional.gov.br>> Acesso em: 08 nov. 2014

FREIRE, Paulo. Educação como prática da liberdade. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967.

HONÓRIO, Ricardo. Concepções de cultura. *Artigo*. Comunidade Virtual de Antropologia. Disponível em: < <http://www.antropologia.com.br> > Acesso em: 08 nov. 2014.

JARDIM, José M. A Invenção da memória nos arquivos. **Ciência da Informação**, vol. 25, n. 2, 1995.

_____. O acesso à informação arquivística no Brasil: problemas de acessibilidade e disseminação. In: Mesa Redonda Nacional de Arquivos, 1999, Rio de Janeiro. Mesa Redonda Nacional de Arquivos. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1999.

LARAIA, Roque de Barros. Cultura um conceito antropológico. n 5. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1990. (Coleção Primeiros Passos) 116p.

LE GOFF, Jacques. História e Memória. Tradução Bernardo Leitão [et al.] Campinas, SP: UNICAMP, 1990 (Coleção Repertórios).

MARTENDAL, Rosi. As mídias e o processo de planejamento e ensino. Rio Grande do Sul: CEFET - RS, 2009. 22p.

MENDES, J. Amado. Estudos do patrimônio: museus e educação. Coimbra, PT: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2009. 231p.

NAMER, Gerárd. Les institutions de mémoire culturelle. In: _____. Mémoire et société. Paris: Méridiens Klincksieck, 1987.

PAES, Marilena Leite. **Arquivo**: teoria e prática – 3. ed. rev. amp. – Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004. 228p.

PEGEON, Annick. Uma experiência pedagógica em arquivos: a disciplina “arquivo” dos Archives nationales da França. In: Acervo, Rio de Janeiro, v. 25, n.1, jan./jun. 2012. Disponível em: < www.revista.arquivonacional.gov.br > Acesso em: 10 dez. 2015.

PESCADOR, Cristina, M. Tecnologias digitais e ações de aprendizagem dos nativos digitais. In: Congresso Internacional de Filosofia e Educação, Caxias do Sul - RS, maio/2010.

SANTOS, Myrian Sepúlveda dos. Memória coletiva & teoria social. São Paulo: Annablume, 2003. 208p.

SCHELLENBERG, T. R. **Arquivos modernos**: princípios e técnicas. Tradução de Nilza Teixeira Soares. – 6. ed. – Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006. 388p.

Entrevistas:

FISSICARO, Eliane. Diretora de Acesso à Informação e Pesquisa do Arquivo Público Mineiro. Contato realizado em: 15 nov. 2014.

MANSUR, Gabriella Diniz. Estagiária de Educação Patrimonial do Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte. Contato realizado em: 20 nov. 2014.

8 ANEXOS

8.1 ANEXO 1 - QUADRO.....60 - 62

8.2 ANEXO 2 - QUESTIONÁRIO.....63

8.1 ANEXO 1

O SERVIÇO EDUCATIVO NOS ARQUIVOS PÚBLICOS DO SUDESTE*				
	APESP**	AHSP **	APM**	APCBH**
SETOR RESPONSÁVEL	Núcleo de Ação Educativa (NAE)	Serviço Educativo do AHSP	Diretoria de Acesso à Informação e Pesquisa	Serviço Educativo do APCBH
OBJETIVO	“Elaborar programas educativos com o objetivo de aproximar o Arquivo Público do Estado de São Paulo de instituições educacionais e da sociedade em geral.” Fonte: NAE/APESP	“Divulgar o conteúdo dos fundos documentais depositados na instituição, o funcionamento, e a função social do Arquivo na conservação do patrimônio público documental, a fim de que os estudantes compreendam e assimilem a importância do patrimônio histórico e cultural da cidade, tal como é garantido nos direitos de cidadania.” Fonte: AHSP	“Promover o Arquivo Público Mineiro e divulgar seu trabalho; conscientizar a respeito da importância do APM para a população e para o Estado.” Fonte: APM	“Apresentar o APCBH; promover parceria entre as escolas e Arquivo a fim de estimular o uso de documentos de arquivo como fonte de pesquisa; conscientizar os alunos a respeito da importância do Arquivo e seu trabalho; promover ações voltadas para os Ensinos Fundamental, Médio/ Técnico, Superior, e profissionais da área.” Fonte: APCBH
PÚBLICO-ALVO	“Estudantes dos Ensinos Fundamental I e II, Médio, Superior, e de Pós-Graduação; Professores; Profissionais e Técnicos da área.” Fonte: NAE/APESP	“Estudantes de nível Fundamental, Médio e Superior, em especial das áreas de Arquivologia, Biblioteconomia e História.” Fonte: AHSP	“Estudantes de todas as idades, e todos que tenham interesse em aprender o funcionamento de um arquivo público.” Fonte: APM	“Estudantes dos Ensinos Fundamental, Médio, Técnico/Profissionalizante (Jovem Aprendiz), Superior e profissionais da área.” Fonte: APCBH
ATIVIDADES DESEMPENHADAS PELO SERVIÇO EDUCATIVO	“A Sala de Aula no Arquivo”; “Visita Monitorada”; “Exposições Virtuais”; “Ateliê	“Visitas Guiadas: o visitante é levado a conhecer as dependências do edifício-sede, localizado em	“Visita Guiada: Exibição de vídeo institucional e visita aos departamentos e	“Visita Monitorada (Ensino Fundamental e Médio); Visita Profissionalizant

	Infantil”; “Oficinas: O(s) Uso(s) de Documentos de Arquivo na Sala de Aula”; “O Professor no Arquivo” e “Conhecendo o Deops/SP: Memória e História”. Fonte: NAE/APESP	edifício tombado. Visitas técnicas: destinadas aos estudantes das áreas de Arquivologia, Biblioteconomia e História. São ênfáticos aspectos referentes à estrutura organizacional do Arquivo e à documentação por ele custodiada.” Fonte: AHSP	depósitos do Arquivo.” Fonte: APM	e (Técnico/Profissi onalizante); Visita Técnica (Ensino Superior e profissionais da área).” Fonte: APCBH
FREQUÊNCIA COM QUE OCORRE	“De segunda à quarta-feira, nos turnos da manhã e tarde, ou semestralmente mediante agendamento prévio.” Fonte: NAE/APESP	“Somente mediante agendamento prévio.” Fonte: AHSP	“Em média cinco vezes ao mês.” Fonte: APM	“Somente às segundas-feiras, nos turnos da manhã e tarde. Média de três escolas por visita.” Fonte: APCBH
NÚMERO DE PARTICIPANTE S NO ANO (2014)	“Total de participantes no ano: 1.946; Exposição Virtual: 61.826 acessos no ano.” Fonte: NAE/APESP	“Não há.” Fonte: AHSP	“Em média 28 pessoas por visita, totalizando 140 pessoas por mês, 1.680 no ano.” Fonte: APM	“Em média 250 pessoas por mês, totalizando 3.000 pessoas no ano, entre adultos, jovens e crianças.” Fonte: APCBH
DESPESA GERADA PELO SERVIÇO EDUCATIVO	“Não há.” Fonte: NAE/APESP	“Não há.” Fonte: AHSP	“Não há.” Fonte: APM	“O orçamento do serviço educativo é gasto somente na produção de kits entregues apenas às crianças. No ano de 2014 foram gastos cerca de R\$3.500,00 na produção destes, que esgotaram antes de finalizar o ano.” Fonte: APCBH

<p>PESQUISA DE SATISFAÇÃO</p>	<p>“Não há.” Fonte: NAE/APESP</p>	<p>“Não há.” Fonte: AHSP</p>	<p>“Não há.” Fonte: APM</p>	<p>“Em todas as visitas, o professor responsável preenche um formulário, dizendo se o objetivo dele na visita foi alcançado, o professor avalia também entre (1) péssimo; (2) regular; (3) bom; (4) ótimo e (5) excelente, a recepção, o vídeo, as informações sobre a instituição, equipe, a visita à conservação e a visita aos depósitos.” Fonte: APCBH</p>
-------------------------------	-----------------------------------	------------------------------	-----------------------------	--

** Os dados apresentados foram coletados através de questionário aplicado aos Arquivos Públicos Estaduais e Municipais do Sudeste, no ano de 2014. Somente os Arquivos citados neste quadro responderam ao questionário.

*** APESP – Arquivo Público do Estado de São Paulo; AHSP – Arquivo Histórico de São Paulo; APM – Arquivo Público Mineiro; APCBH – Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte.

Fonte: elaboração própria.

8.2 ANEXO 2

“O USO DOS ARQUIVOS COMO FONTE DE DISSEMINAÇÃO CULTURAL E EDUCACIONAL”

(Trabalho de Conclusão de Curso de Bacharel em Arquivologia)

QUESTIONÁRIO SOBRE O FUNCIONAMENTO DE SERVIÇOS EDUCATIVOS EM ARQUIVOS PÚBLICOS DA REGIÃO SUDESTE:

- 1) Qual o setor responsável?

- 2) Qual o objetivo?

- 3) Qual o público-alvo?

- 4) Qual o número de participantes por ano?

- 5) Quais as atividades desempenhadas pelo Serviço Educativo?

- 6) Com que frequência ocorre o Serviço Educativo?

- 7) Qual a despesa gerada pelo Serviço Educativo?

- 8) Realiza-se pesquisa de satisfação?